

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Folha de São Paulo Class.: 778

Data: 02.10.83 Pg.: _____

Juruna faz pausa para meditação

HAROLDO CERQUEIRA LIMA

Matute Mayozo

BRASÍLIA — Mário Juruna, o deputado-cacique que está ameaçado de perder o mandato por ter chamado o Presidente e os ministros de "ladrões", não foi encontrado ontem em casa: logo cedo ele pegou a mulher e os filhos e foi fazer uma longa caminhada pelo cerrado de Brasília, para "matar a saudade da mata e dos passarinhos".

Na realidade, Juruna voltou a ser por algumas horas o cacique xavante que era até ser eleito deputado federal pelo PDT do Rio, e que sempre se embrenhava nas selvas de Mato Grosso toda vez que precisava meditar sobre algum problema mais sério da sua tribo.

O futuro não preocupa Juruna, embora ele se tenha surpreendido esta semana ao ver o céu e a terra desabarem sobre si, em função do seu discurso.

Ele próprio, aliás, continua insistindo em que não quis insultar os ministros quando os chamou de "ladrões".

"Índio não xinga índio. Lá na aldeia a gente diz tudo diretamente, com todo respeito" — explica Juruna. E complementa o raciocínio: "Não levantei calúnia contra ninguém. Essa ameaça toda é injusta. Isso não é direito. As leis do Brasil é que estão erradas. Temos que criar lei para garantir a vida das pessoas. E não para controlar a liberdade de dizer."

Continua na pág. 14



Para o deputado ameaçado "as leis do Brasil é que estão erradas"

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: *Folha de São Paulo*

Data: 02.10.83

Class.:

Pg.:

Nelson Marchezan, um líder sem partido

NÉLIO LIMA

BRASÍLIA — Esta semana, provavelmente amanhã, o deputado Nelson Marchezan, líder do governo na Câmara, vai ao presidente Figueiredo preparado para uma longa conversa. Ele pretende expor ao Presidente o quadro de quase devastação em que se encontra o PDS. Um quadro que põe em risco a liderança do próprio Marchezan. Na quarta-feira passada ele havia feito uma tentativa de conversar com Figueiredo, mas acabou desistindo: a agenda presidencial estava cheia e os quinze minutos que lhe foram oferecidos seriam insuficientes.

Há menos de duas semanas, Nelson Marchezan chegou a colocar seu cargo à disposição do Presidente, logo após a rejeição, pelo Congresso, do decreto-lei n.º 2.024. A atitude poderia ser tida como normal na circunstância mas, na verdade, foi a consequência de uma série de frustrações acumuladas nestes oito meses e pouco em que o deputado desempenhou as funções de líder.

A indicação de Marchezan provocou resistências desde o início entre a bancada. Os que discordaram dela argumentaram que o partido precisava, já então, de um líder que realmente pudesse levar ao Planalto as principais reivindicações dos parlamentares pedessistas, e que não se limitasse a trazer de lá determinações. Tais resistências poderiam ter sido superadas com o passar do tempo, se houvesse um pouco de flexibilidade por parte do governo. Mas não foi o que aconteceu. O Planalto permaneceu surdo às reivindicações de Marchezan, para contornar as dificuldades internas, buscou acerrar-se do PTB, cujos votos e apoio serviriam não somente para assegurar a maioria do governo, como forçariam os pedessistas menos conformados a manterem uma posição mais dócil.

A história do acordo com o PTB poderia ter dado a Marchezan a imagem de bom negociador. Mas o processo de negociação foi longo demais, os petebistas aumentaram gradativamente o número de suas exigências e, afinal, quando se concretizou o acordo, principalmente em torno da aprovação do decreto-lei n.º 2.024, a situação da economia do País se tornara mais crítica e o ministro Delfim Neto já considerava imprescindível uma lei salarial mais drástica. Marchezan e Ivette Vargas em seguida foram consultados quando o governo baixou o decreto-lei 2.045 e implodiu o acordo. Fato curioso: algumas concessões a Ivette foram feitas sem que, em nenhuma oportunidade, o PTB tivesse que votar com o PDS.

As negociações, porém, mexeram com a bancada do PDS e aguçaram descontentamentos. Começou a tomar forma o grupo "Participação", com o objetivo de montar uma chapa alternativa para a Convenção Nacional do partido, em julho. Ao invés

de tentar o diálogo, o governo determinou que Marchezan aceitasse o desafio de uma parte dos seus liderados. Aumentaram as pressões sobre estes, mas o grupo foi ganhando adesões.

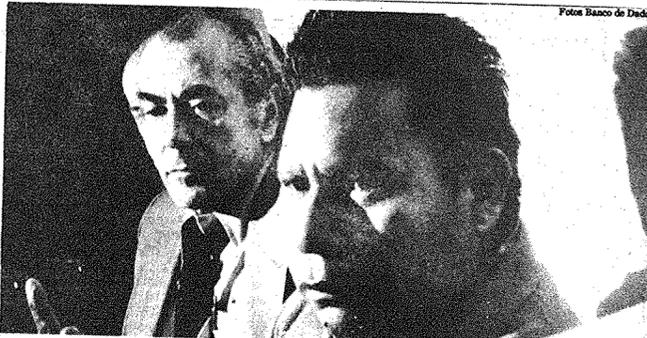
"Quem não está comigo — diz de Marchezan às vésperas da Convenção — está contra mim." E na hora de contar os votos, o que se viu foi que pelo menos 35 por cento dos convenções estavam contra a chapa encabeçada pelo presidente do partido, José Sarney, e da qual fazia parte o Líder Marchezan. O PDS está definitivamente rachado.

O pior viria algum tempo depois, com a votação do decreto-lei n.º 2.024. Sem os votos do PTB e com a forte dissidência no PDS, o governo viu o decreto ser rejeitado, inclusive com onze adesões de pedessistas às oposições.

A rejeição do 2.024 trouxe uma ameaça ainda mais séria: a certeza de que o 2.045 não passaria. Ainda aqui, Marchezan vinha funcionando como um dos instrumentos de pressão do Palácio do Planalto. Na prática, porém, tais pressões não vêm funcionando. E enquanto mais e mais pedessistas criticam publicamente o decreto-lei, aumenta a atividade de plenário das oposições, sucedem-se os ataques ao governo e estreita-se o cerco dos opositores nas comissões parlamentares de inquérito. Mesmo o grupo mais restrito de homens de confiança de Marchezan — o seu colégio de vice-líderes — vem-se distanciando do líder. Dos dezesseis vice-líderes, apenas meia dúzia, se tanto, ainda comparecem ao plenário de vez em quando para uma fraca defesa dos atos do governo. Poucos parecem convencidos daquilo que estão fazendo. Essa quase apatia, em contraste com a agressividade dos parlamentares opositores, explica, pelo menos em parte, a atual ofensiva do Exército contra o deputado Mário Juruna. No Palácio do Planalto parece que já ninguém espera o apoio do PDS, sob a forma de uma atividade parlamentar mais vigorosa. Nelson Marchezan, por sua vez, mudou de tática. Diante da evidência de que seu partido não votará o 2.045 como está, já fala na necessidade de algumas mudanças. "Precisamos — diz ele — de algumas concessões nessa área. Também precisamos de medidas mais abrangentes, que possam demonstrar que não só os trabalhadores estejam sendo sacrificados."

O líder governista coloca essas concessões como condição indispensável para reunificar o PDS. E a reunificação, por sua vez, é necessária para que se negocie com as oposições, única saída possível para o impasse.

"Final — lembra Marchezan — eu sou minoria." Ele se refere ao decreto-lei 2.045, mas a afirmação pode aplicar-se perfeitamente à sua própria situação. Na prática, hoje, Marchezan é um líder sem partido.



Quatro fases da vida de Juruna: na aldeia de São Marcos; lançando-se candidato pelo PDT; homenageando Flávio Marcello; e encontrando Figueiredo

Juruna pensa em levar denúncias à Europa

O deputado afirma que no Exterior há muita gente interessada em ouvi-lo

Continuação do 1.º página

"Sou líder e vou continuar líder. Se me acontecer alguma coisa, viajo no dia seguinte para o Exterior. Vou para a Europa, onde tem muita gente interessada em me ouvir. Vou continuar brigando contra a repressão ao povo brasileiro. E aí, sim, o barulho vai ser muito grande" — promete o cacique, no seu português deficiente, aliás o principal argumento a ser usado pela sua defesa no processo que lhe movem os ministros.

Apertadamente sem a noção exata do problema que está enfrentando, Juruna acaba-se entusiasmando com as próprias palavras e, esfregando nervosamente uma cópia do ofício em que o ministro do Exército pede à Mesa da Câmara sua punição, de sabafa:

"Toda essa confusão é coisa de homem branco. Quantos votos teve esse general? Parece que zero; menos do que eu."

E, fechando o ciclo de suas observações, aduz:

"Nós somos visitantes da terra, feitos de barro. Por isso não tenho medo de nada. Eu estou trabalhando, levantando problema da terra, da

terre, da miséria, ajudando o governo federal. Quero que entendam que não sou contra nada, mas não quero ver minha pátria continuar afundando. Gostaria de dizer tudo isso em xavante, mas o Marchezan não deixa."

A cronologia do caso

Segunda-feira, 26 de setembro: No final de uma sessão modorrenta da Câmara Federal, Juruna sobe à tribuna e desafia suas críticas: "Todos ministros é (sic) ladrão, todo ministro é mau caráter"; "quem não presta é todo ministro, quem não presta é esse pessoal que tira a polícia do quartel"; "o ministro da Funai (Mário Andreazza, do Interior), é ministro do empresário e ainda está querendo ser estamos chamando o ministro Delfim Neto de ladrão, o pior que existe no Brasil. Não é só Delfim quem é ladrão. Não é só Delfim quem está roubando a terra no Brasil. São todos os ministros, aquela meia dúzia, aquela panelinha, todo esse pessoal está roubando. Se tivesse só o ministro Delfim Neto roubando o dinheiro da nação, ele já tinha sido demitido há muito tempo. E, como o presidente da Repú-

ca, outros ministros também estão roubando."

Terça-feira, 27 de setembro: Figueiredo mostra-se muito irritado durante uma cerimônia de entrega de credenciais, no Planalto, exibindo para os ministros presentes um recorte do jornal que publicou o discurso de Juruna, que lhe havia sido mostrado pelo chefe do Gabinete Civil, Leitão de Abreu.

Quarta-feira, 28 de Setembro: Onze ministros de Estado, autorizados pelo presidente Figueiredo, dirigem ofícios à Câmara dos Deputados, pedindo que sejam adotadas "as providências cabíveis" para enquadrar Juruna no artigo 35 da Constituição Federal, que prevê a pena de cassação do mandato do parlamentar cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes. Juruna não se impressiona: "O diabo nunca foi cassado, por que então eu vou ser cassado?" — é a sua reação.

Quinta-feira, 29 de Setembro: Políticos de todos partidos movimentam-se no sentido de reduzir

as repercussões do episódio, inclusive aconselhando Juruna a se retratar da tribuna. Ao mesmo tempo, chegam ao Congresso novos ofícios de ministros pedindo a punição do parlamentar, que, por sua vez, se defende: "Não fiz nada de mal. Disse apenas a verdade."

Sexta-feira, 30 de Setembro: Os porta-vozes do Exército e do Planalto tiram quaisquer dúvidas — a iniciativa dos ministros de Estado objetiva mesmo a cassação do mandato de Juruna, e não uma simples pena de advertência ou suspensão temporária do seu mandato. Em consequência, o temor de que se esteja pretendendo uma nova confrontação entre o Legislativo e o Executivo, igual àquela que, em 1968, levou ao fechamento do Congresso e à edição do AI-5, generaliza-se entre os políticos.

Sábado, 1.º de Outubro: Enquanto os políticos aguardam ansiosos, a reunião da Mesa da Câmara que, na segunda-feira, decidirá a sorte de Juruna, esta pede a mulher e os filhos e sai por uma caminhada sem rumo pela cerrada de Brasília, para meditar entre os passarinhos.

LUIZ SALGADO RIBEIRO

"Mário Juruna já não é mais índio e ainda não é branco" — definiu o então presidente da Funai, general Ismarth de Oliveira, há cinco anos, quando o cacique — de gravador em punho — já havia conquistado manchetes nos jornais e entrevistas na televisão para cobrar promessas não cumpridas de demarcação de terras indígenas e descambava para um petidório indefinido de ajuda para seu povo, nas embaiçadas sediadas em Brasília.

Naquela época, Mário ainda vivia em uma maloca de palha e chão batido na aldeia de Namuncurá, no meio da Reserva de São Marcos, Leste de Mato Grosso. Como muitos outros xavantes, tinha as orelhas atravessadas por roletes de madeira, usava calção, camisa espalhafatosa e sandálias japonesas. Já havia sido eleito padrinho da folclórica "Banda de Ipanema", mas continuava brigando com os padres salesianos — tutores da reserva — na defesa da tradição e rituais de sua tribo. Assim, a definição do general — embora incompleta e um tanto falha — retratava a compreensível desorientação de um ser humano forçado a saltar diretamente de uma cultura da idade da pedra, destruída pela "civilização", para os meandros cada

vez mais complicados da sociedade contemporânea.

Se o confuso contraste já era grande há cinco anos, que dizer dele agora, quando o engravado Juruna surge no Congresso Nacional, como representante das comunidades indígenas, eleito em novembro por um Estado que só tem índio no carnaval?

Índio e branco

Apesar disso tudo, a contradição básica de Juruna parece estar justamente no inverso da definição do ex-presidente da Funai: ele é índio e está consciente disso, na medida em que vive o amargo destino de seu povo e luta para defendê-lo com a agressividade e ingenuidade própria de um xavante. E, ao fazer isso, age com a visão imediatista de qualquer branco despreparado.

A dualidade índio-branco marca Juruna desde o seu nascimento, há 39 anos, em uma aldeia já dominada pela catequese salesiana. Quando ainda vivia na aldeia, justificava não ter aprendido grande coisa com os padres, usando o seguinte argumento:

"O pessoal que fica estudando só obedece missionário. E missionário não é liderança pra índio. Fico revoltado quando tem jogo de futebol no

terreiro da aldeia. O terreiro é para ritual, pra dança, pra festa xavante, pra reunião dos velhos. E preciso ser respeitado."

Por volta dos 18 anos, cansado de brigar com os padres, Juruna decidiu ir para o Exército. Foi recebido com entusiasmo patriótico em um quartel em Cáceres, mas não ficou muito tempo por lá: "Senti saudade da aldeia e fui embora sem falar com ninguém" — contava a ex-recruta, quando tempos depois foi procurar emprego como peão, em fazendas de Barra do Garças, Torixorôu e Guiratinga.

Derrubando mato, cuidando de pastos e bois, Juruna passou mais quatro anos afastado da aldeia, "ganhando pouco e trabalhando muito", como ele se lamenta ao voltar à reserva. Porém, na convivência com os brancos, Juruna ganhou maior facilidade de se expressar. Assim, com o mesmo espírito inquieto e desconformado passou a liderar sua aldeia.

Um dia, veio a idéia do gravador para cobrar promessas e — a partir desse episódio pitoresco, muito explorado pela imprensa — Juruna ganhou fama nacional e muitos presentes para sua tribo, o que acabou despertando o ciúme e a dis-

cordia entre ele e outros caciques. Sua situação na reserva tornou-se insustentável. Foi também o ciúme — ampliado por suas demoras e constantes viagens — que destruiu seu casamento com a pacata xavante Maria Luiza, mãe de seus oito filhos.

O novo casamento com uma jovem, protestante substituiu muitos de seus conceitos da religião tribal por dogmas maniqueístas da seita Assembléia de Deus. E mais: aumentou sua ambição.

No 1.º de Maio de 81, Juruna veio a São Bernardo pedir a Lula uma vaga de candidato a deputado pelo PT. Lula, desconfiou, dizendo que Juruna seria mais útil a seu povo na aldeia, que no Parlamento. Mas o cacique acabou conseguindo legenda do PDT no Rio de Janeiro, por intermédio de um amigo de Brizola, Norberto Schwantes, fazendeiro em Barra do Garças.

Agora, o homem que nasceu para ser um simples caçador com arco e flecha vê-se transformado na mais importante caça do País, alvo das mais poderosas baterias de ministros civis e militares. Será que esse alvo tão frágil justifica tão grande mobilização ministerial?

Capitão inconformado com pena

BRASÍLIA — O capitão Sérgio Etchegoyen encaminhou sexta-feira última ao comandante militar do Planalto, general Newton Cruz, pedido de reconsideração da pena de prisão de oito dias que lhe foi imposta esta semana, por ter discutido com aquele superior hierárquico durante uma reunião de oficiais em Brasília. O capitão baseou-se no artigo 50 do

Regulamento Disciplinar do Exército, por sentir-se injustificado com a pena. Caso o general Cruz não reconsiderar a punição, o capitão Sérgio irá recorrer dessa decisão ao ministro do Exército, general Váler Pires, podendo até mesmo chegar até a instância final de um Conselho de Justificação.

Ao que se sabe, a reação do militar naquela reunião eclodiu no momento em que o general Cruz, que criticava os oficiais da reserva que estão indo depor nas Comissões Parlamentares de Inquérito do Congresso, a eles se referiu como "incompetentes e frustrados". Sentindo-se atingido pela crítica, já que seu pai, o general da reserva Leo Etchegoyen, será um dos próximos depoentes da CPI que investiga o chamado "Relatório Saraiva", o capitão interrompeu a exposição, chegando a afirmar que o general Cruz é mal informado e não lê jornais.

Informa-se que em sua defesa o capitão Sérgio também invocará os dispositivos do Regulamento Disciplinar do Exército, que vedam aos militares da ativa "tomar parte, em área militar ou sob jurisdição militar, de discussões sobre religião e política".

Ontem, o general Newton Cruz — cujo irmão está sendo acusado no processo que apura a falência fraudulenta da Capemi, outro assunto objeto de uma Comissão Parlamentar de Inquérito — compareceu a uma cerimônia militar, realizada, por coincidência, no mesmo quartel onde o capitão Sérgio cumpre a pena de prisão. Interpelado pelos repórteres, ele desconversou:

"Que capitão? Não sei do que vocês estão falando", disse, retirando-se.

Ação das CPIs causa apreensão

BRASÍLIA — Além da prisão do capitão Sérgio Etchegoyen pelo general Newton Cruz, a continuidade dos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito deve resultar em novos conflitos nos quartéis ou entre estes e o Congresso Nacional, na medida em que se forem sucedendo os depoimentos de militares da reserva, já convocados.

O filho do general Leo Etchegoyen foi punido por defender o pai, que, já confirmado, irá depor na CPI da dívida externa, presidida pelo deputado Alencar Furtado (PMDB-PR), um ex-cassado. Ele é apenas um entre cerca de dez convocados, onde se incluem os generais Adir Fluzza de Castro, Sebastião Castro e Silvio Frota. O assunto é o mesmo: o famoso Relatório Saraiva, escrito pelo então adido militar do Brasil na França, coronel Raimundo Saraiva Martins, e que conteria denúncias de corrupção envolvendo o ministro Delfim Neto (à época embaixador) e seus assessores.

Este envolvimento de militares em fatos tão recentes da vida nacional tem causado certa apreensão não só nos meios governistas, mas até na oposição. Eles alinham fatos como o episódio do pedido de cassação do deputado Mário Juruna. No entender do deputado Sebastião Curio (PDS-PA) — um homem de informações como se autodefine, com 12 anos de experiência no ramo — Juruna "não é um pretexto, mas está dentro de um contexto".

A frase pode parecer um pouco enigmática, mas o deputado Curio explica: poderão ocorrer novas reações por parte das Forças Armadas, desde que haja radicalização de alguns

parlamentares, a que Curio, como outros deputados governistas, chama de "revanchistas".

O deputado militar teme que as CPIs desvirtuem seus objetivos. A convocação do general Frota, por exemplo, é vista por ele como provocação: "Estão partindo para colocar no banco dos réus elementos vitoriosos em 64." Acredita que tudo faz parte de um esquema bem montado na CPI, por serem militares como Frota "conhecidos como linha dura, que não se sintonizam com os que atualmente estão no poder", configurando, assim, "uma tentativa de confronto que é perigosa".

A oposição, maioria em todas as CPIs, se defende, argumentando que este tipo de comissão é um instrumento dos partidos opositores utilizado de governo. Fomos colocados no Parlamento, diz o deputado Eduardo Suplicy (PT-SP), membro da CPI da dívida externa, para apurar irregularidades, e não para provocar. Os militares devem ter o maior interesse em colaborar conosco."

O deputado Brandão Monteiro (PDT-RJ), presidente da CPI BNH-Dilfin, acredita que está havendo um recrutamento por parte do governo, que tem duas vertentes: a criação do decreto-lei 2.024 e as apurações das CPIs, "onde está cada vez mais claro o envolvimento de ministros". Mas acredita também que se está procurando criar uma crise artificial, para que as CPIs não prossigam em seu trabalho.

"Estamos destampando a panela da corrupção — afirmou Brandão Monteiro."

Manobra pode garantir 2.045

BRASÍLIA — Antes da votação do Decreto-Lei 2.045, o Congresso deverá ser agitado, internamente, pelo julgamento de uma preliminar decisiva para o próprio futuro da instituição: a questão de ordem do líder do PDS no Senado, Aloisio Chaves, relativa ao problema da formação de quórum para a votação de decretos-leis.

Aloisio Chaves entende que a votação só pode ser iniciada se a maioria dos integrantes da Câmara e do Senado estiver presente. A prevalecer essa interpretação, a aprovação do 2.045 por decurso de prazo ficaria assegurada, porque, esmagadoramente majoritário no Senado, o PDS evitaria o quórum, retirando seus senadores de plenário (a oposição tem apenas 23 dos 69 senadores).

Na prática, os opositores consideram que isso representaria uma volta ao unicameralismo, ou seja, à dependência das decisões à vontade de uma só das casas do Legislativo. Mais do que isso, o deputado João Gilberto (PMDB-RS), acha que, se acatada a questão de ordem de Aloisio Chaves, isso equivaleria a um verdadeiro "golpe de Estado", pois anulava a principal consequência da eleição de 15 de novembro, no âmbito parlamentar, que foi a conquista da maioria da Câmara pela oposição.

A questão de ordem, como se sabe, foi apresentada pelo líder do PDS na tensa reunião do Congresso, no dia 21, em que foi derrubado o Decreto-Lei 2.024. O presidente do Congresso, Nilo Coelho, deixou de acatá-la, evitando, assim, graves consequências, porque os parlamentares opositores, in-

dignados, estavam dispostos a reagir drasticamente, caso a matéria não fosse votada naquele dia.

Se acolhida a questão de ordem, não haveria votação, tendo em vista que fora anunciada, na abertura da sessão, a presença de apenas 30 dos 69 senadores.

Insistência

Apesar da negativa de Nilo Coelho no dia 21, Aloisio Chaves insiste no julgamento da questão, tendo oficiado ao presidente do Congresso, quinta-feira, solicitando que ele submetesse a matéria, na forma de consulta, à Comissão de Justiça do Senado.

O deputado João Gilberto teme que o PDS pretenda dar a questão por decidida no âmbito do Senado (Comissão de Justiça e plenário) quando, no seu entendimento, a decisão final só é cabível no plenário do próprio Congresso.

O parlamentar gaúcho fez um amplo levantamento dos aspectos constitucionais e regimentais do assunto, concluindo pela improcedência da questão de ordem. Segundo João Gilberto, "querer impor uma verificação do quórum de votação antes da própria votação é manobra que busca constrianger a manifestação de uma das casas pela outra".

De qualquer maneira — decidida no plenário do Senado ou no do Congresso — a questão de ordem deverá desencadear uma verdadeira batalha regimental que se estenderá até a votação do 2.045, na segunda quinzena deste mês.